

US MAIA RJ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 18.321.952/0001-72 - Av Presidente Getulio Vargas 3812 - CEP: 80.240.041 - andar 4 - Vila Izabel - Curitiba - PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

Senhores Acionistas, Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras da **USMAIA RJ Participações S.A. ("Sociedade")**, bem como, as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício de 2021.

Balancos patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 - (Valores expressos em reais)

| Ativo | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|--|------------|-------------------|-------------------|------------|--|--|
| | Nota | | | | | |
| Circulante | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 7.922.160 | 7.035.393 | | | |
| Impostos a compensar | 5 | 153.872 | 248.996 | | | |
| | | 8.076.032 | 7.284.389 | | | |
| Não circulante | | | | | | |
| Partes Relacionadas | 6 | 9.129.880 | 9.843.589 | | | |
| | | 9.129.880 | 9.843.589 | | | |
| Total do ativo | | 17.205.912 | 17.127.978 | | | |
| | | | | | | |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | | |
| Circulante | | | | | | |
| Fornecedores | | 225 | 225 | | | |
| Obrigações fiscais e tributárias | 7 | 239.743 | 446.337 | | | |
| | | 239.968 | 446.562 | | | |
| Patrimônio líquido | | | | | | |
| Capital social | 8 | 67.847.543 | 67.847.543 | | | |
| Capital social a integralizar | 8 | (9.118.810) | (9.118.810) | | | |
| Prejuízos Acumulados | | (41.762.789) | (42.047.317) | | | |
| | | 16.965.944 | 16.681.416 | | | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 17.205.912 | 17.127.978 | | | |

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 - (Valores expressos em reais)

| | Capital social realizado | Capital social a integralizar | (Prejuízos)/lucros líquidos acumulados | Total |
|---|--------------------------|-------------------------------|--|-------------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2020 | 67.847.543 | (9.118.810) | (42.551.571) | 16.177.162 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 477.319 | 477.319 |
| Ajuste de exercícios anteriores | - | - | 26.935 | 26.935 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 67.847.543 | (9.118.810) | (42.047.317) | 16.681.416 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 354.261 | 354.261 |
| Ajuste de exercícios anteriores | - | - | (69.733) | (69.733) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 67.847.543 | (9.118.810) | (41.762.789) | 16.965.944 |

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

A companhia US Maia RJ Participações S.A. está em atividade desde 18 de junho de 2013, em Curitiba, PR/Brasil, caracterizando-se como atividade principal Holdings de instituições não financeiras. Tendo por objetivo participações em outras sociedades empresariais ou não empresariais, como sócio quotista ou acionista, no Brasil ou no exterior e ainda participar de consórcios.

Impactos do Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um novo surto de Coronavírus originário de Wuhan, China (o "surto de COVID-19") e os riscos para a comunidade internacional, considerando a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem.

Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global. O impacto total do surto de COVID-19 ainda se encontrava em constante evolução na data deste relatório. Desta forma, é incerta a magnitude que a pandemia terá sobre a condição financeira da Companhia, liquidez e resultados futuros das operações.

Trata-se de um evento que afeta a vida das pessoas de modo geral, assim como a rotina das empresas e do mercado financeiro. O Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo Nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do Covid-19.

A pandemia e a crise sanitária provocados pelo novo coronavírus não impactaram diretamente as operações da empresa em 2021, não gerando dúvidas quanto a capacidade da empresa em continuar operando. A empresa não possui funcionários e por isso não adotou as medidas federais de redução de salário e de jornada de trabalho pelo período de 120 dias.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que já foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas pela diretoria em 28 de junho de 2022 conforme previsto no código civil brasileiro.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis da Empresa são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Uso de estimativas

A Empresa realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo.

3.3. Instrumentos financeiros Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (3) ativos financeiros disponíveis para venda; e (4) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro é registrado em sua demonstração quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. O mesmo deverá ser contabilizado pelo seu valor justo.

A classificação é realizada de acordo com o modelo de negócios da entidade para a gestão e a classificação do fluxo de caixa contratual.

Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações contábeis sob essa classificação.

(2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(3) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações contábeis sob essa classificação.

(4) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, no caso da Sociedade, compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(I) Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem.

Para os ativos financeiros classificados como "Disponíveis para venda", quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

(II) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge" registrados nas suas demonstrações contábeis sob essa classificação.

(III) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possuía compensações com instrumentos financeiros relevantes.

Ativos e passivos não financeiros

Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou ao valor justo de realização.

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

Passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data dos balanços.

3.4. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos; e

- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

3.5. Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

O imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base no lucro real determinado de acordo com a legislação tributária em vigor.

3.6. Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela realização de seus serviços no curso normal das atividades. O reconhecimento da receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança. A receita é reconhecida no período de competência.

3.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivada

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas a COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06);

- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);

- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);

- IFRS 17 Contratos de Seguros;

- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);

- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

4. Caixas e equivalentes de caixa

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------------------|------------------|------------------|
| Santander Conta Corrente | 243 | 286 |
| Santander S/A CDB | 129.113 | 1.000.586 |
| BTG Pactual Fundo CDB | 7.792.804 | 6.034.520 |
| | 7.922.160 | 7.035.393 |

Essas operações não sofrem alterações no valor de mercado em virtude de sua natureza, possuem conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento original igual ou inferior a 90 (noventa) dias na data da contratação. As aplicações em CDB estão contratadas com taxa 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e as aplicações em Fundo CDB estão contratadas com liquidez imediata com taxa 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Impostos a compensar

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| IRRF s/ aplicação financeira | 69 | 4.087 |
| IRPJ estimativa a compensar | 75.282 | 143.935 |
| CSLL estimativa a compensar | 34.819 | 59.737 |
| IRPJ anos anteriores a compensar | 43.702 | 41.237 |
| | 153.872 | 248.996 |

6. Partes relacionadas

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|----------------------------|------------------|------------------|
| BCASPE - Parte Relacionada | 9.129.880 | 9.843.589 |
| | 9.129.880 | 9.843.589 |

As operações entre partes relacionadas são mútuas firmadas através de contrato, com atualização em 100% CDI, com condições específicas de prazo de pagamento.

7. Obrigações fiscais e tributárias

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| IRPJ a pagar | 101.099 | 147.712 |
| CSLL a pagar | 45.036 | 61.816 |
| IOF a pagar | 55.645 | 203.611 |
| PIS/PASEP a recolher | 5.280 | 4.630 |
| COFINS a recolher | 32.490 | 28.490 |
| IRRF retido | 47 | 19 |
| PIS - COFINS - CSLL retidos | 146 | 59 |
| | 239.743 | 446.337 |

8. Capital Social

De acordo ata da assembleia geral extraordinária (AGE), registrada em 05 de Março de 2020, houve prorrogação do prazo para integralização de capital pelo acionista Fundo de Investimentos em Participações

Demonstrações dos resultados dos exercícios
Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020
(Valores expressos em reais)

| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------|-----------------|------------------|
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas administrativas e gerais | 9 | (69.788) | (135.939) |
| Outras receitas e despesas | | | |
| Outras despesas não operacionais | | (502) | (945) |
| Prejuízo antes do resultado financeiro | | (70.290) | (136.884) |
| Despesas financeiras | | | |
| Receitas financeiras | 10 | (122.809) | (178.245) |
| | 10 | 693.495 | 1.001.976 |
| Lucro antes do imposto de renda e Contribuição social | | 500.396 | 686.847 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | | | |
| Contribuição Social sobre o Lucro | 11 | (101.099) | (147.712) |
| | 11 | (45.036) | (61.816) |
| Resultado do exercício | | 354.261 | 477.319 |

Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020
(Valores expressos em reais)

| | 31.12.220 | 31.12.220 |
|--|----------------|----------------|
| Resultado líquido do exercício | 354.261 | 477.319 |
| Resultado abrangente total do exercício | 354.261 | 477.319 |

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020
(Valores expressos em reais)

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|-----------------|------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Resultado líquido do exercício | 354.261 | 477.319 |
| Itens que não afetam o caixa operacional | | |
| Juros incorridos com partes relacionadas | (403.472) | (832.317) |
| | (49.211) | (354.998) |

Aumento/(redução) dos ativos operacionais

| | | |
|--|------------------|--------------------|
| Impostos a compensar | 95.124 | (97.944) |
| Fornecedores | - | (4.910) |
| Ajuste de exercícios anteriores | (69.733) | - |
| Obrigações fiscais e tributárias | (206.594) | 104.960 |
| Recursos líquidos aplicados das atividades operacionais | (230.414) | (352.892) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Empréstimos com partes relacionadas | 1.117.181 | (2.948.367) |
| Recursos líquidos provenientes/aplicados nas atividades de financiamentos | 1.117.181 | (2.948.367) |
| Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa | 886.767 | (3.301.259) |

| | | |
|---|----------------|--------------------|
| Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício | 7.035.393 | 10.356.652 |
| Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício | 7.922.160 | 7.035.393 |
| Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa | 886.767 | (3.301.259) |

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

T-BDH F2 (nova denominação de Fundo de Investimentos em Participações Potentia Bioenergy). O valor de R\$ 9.118.810 deverá ser integralizado até dez/2023

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totaliza R\$ 67.847.543, conforme relacionado a seguir:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|-------------------------|------------|------------|
| Flavio Augusto da Silva | 1.213 | 1.213 |
| Luciana | | |

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
USMaia RJ Participações S.A.
Curitiba - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **USMaia RJ Participações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **USMaia RJ Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **USMaia RJ Participações S.A.** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **USMaia RJ Participações S.A.** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de junho de 2022.



BDO RCO Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9

Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S - PR

CR Almeida S/A - Engenharia e Construções

CNPJ/MF nº 33.317.249/0001-84 - NIRE 41300004226

Edital de Convocação - AGE

Ficam convidados os senhores Acionistas da **CR ALMEIDA S/A - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES** a reunir-se em Assembleia Geral Extraordinária no dia 19 de julho de 2022 às 10:30 horas, na sede social da companhia localizada à Rua General Mario Tourinho, nº 1733 - 9º andar, edifício MAI Work - bairro Campina do Siqueira - CEP 80740-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Retificação e ratificação da incorporação ocorrida na 19ª AGE realizada em 01/11/2010 e da reatificação ocorrida na 21ª AGE realizada em 04/10/2016. Curitiba, 11 de julho de 2022.

Cesar Beltrão de Almeida - Presidente do Conselho de Administração

CATARATAS DO IGUAÇU S/A

CNPJ 03.119.648/0001-70 - NIRE 413.0001700-0

Ata da Sexagésima Terceira Assembleia Geral Extraordinária realizada por videoconferência em 06/07/2022**Rerratificação**

1. Realização: Dia 06/07/2022, às 10h, por videoconferência, através do Google Meet, conforme link enviado previamente a todos, pela Diretoria. **2. Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação pelo comparecimento de 100% (cem por cento) dos acionistas (art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76). **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Mario de Salles Oliveira Malta Neto e Secretário: Sr. David Soifer. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **4.1.** Retificação da alínea "ii" da Ata da 62ª AGE da Companhia registrada na Jucepar sob nº 20224458132, em 06/07/2022 ("62ª AGE"), para deixar expressa a outorga de alienação fiduciária, pela sua Subsidiária Integral Eco-Iguaçu S/A ("Eco-Iguaçu"), da totalidade das quotas representativas de 48% (quarenta e oito por cento) do capital social da Paineiras-Corcovado Ltda. ("Paineiras") de titularidade da Eco-Iguaçu; **4.2.** Retificação expressa de todas as demais deliberações aprovadas na 62ª AGE da Companhia, bem como todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores para consecução das deliberações aprovadas na 62ª AGE da Companhia; **4.3.** Retificação expressa de todas as deliberações aprovadas pela sociedade investida Paineiras no âmbito da Ata da 9ª de Reunião de Sócios, realizada em 04/07/2022. **5. Deliberações:** Após análise e discussão da ordem do dia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, foi aprovado. **5.1.** Retificar a alínea "ii" da Ata da 62ª AGE da Companhia registrada na Jucepar sob nº 20224458132, em 06/07/2022, para também deixar expressa a outorga de alienação fiduciária, pela sua Subsidiária Integral Eco-Iguaçu, da totalidade das quotas representativas de 48% (quarenta e oito por cento) do capital social Paineiras de titularidade da Eco-Iguaçu, cuja referida alínea passa a ter a seguinte redação: "(ii) a outorga de alienação fiduciária, pela Companhia, para garantir o fiel, integral e pontual cumprimento de todas as Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), sobre a (ii.a) totalidade das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Eco-Noronha detidas pela Companhia (as "Ações da Eco-Noronha"); (ii.b) totalidade das quotas representativas de 52% (cinquenta e dois por cento) do capital social da Paineiras detidas pela Companhia e das quotas representativas de 48% (quarenta e oito por cento) do capital social da Paineiras de titularidade da subsidiária Eco-Iguaçu (as "Quotas da Paineiras"); (ii.c) a totalidade e quaisquer frutos, rendimentos, vantagens e direitos que a Companhia venha a deter com relação às Ações da Eco-Noronha e às Quotas da Paineiras (os itens (ii.a), (ii.b) e (ii.c) em conjunto, a "Alienação Fiduciária de Ações e Quotas"), mediante a celebração do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações, Quotas e Outras Avenças" ("Contrato de AF de Ações e Quotas"). **5.2.** Ratificar expressamente todas as demais deliberações aprovadas na 62ª AGE da Companhia, bem como todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores para consecução das deliberações aprovadas na 62ª AGE da Companhia. **5.3.** Ratificar expressamente todas as deliberações aprovadas pela sociedade investida Paineiras no âmbito da Ata da 9ª de Reunião de Sócios, realizada em 04/07/2022. **6. Conclusão dos Trabalhos:** Sem mais, a assembleia foi encerrada, da qual se lavrou esta ata em forma de sumário, conforme faculta o § 1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que, depois de lida, foi aprovada e assinada digitalmente pelos membros da mesa que a presidiu e por todos os presentes. Mesa: Mario de Salles Oliveira Malta Neto - Presidente; David Soifer - Secretário. Acionistas: Brasil Investimentos 2014 I - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; BRL Trust Investimentos Ltda. p. Rodrigo Martins Cavalcante; Brasil Investimentos 2014 II - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; BRL Trust Investimentos Ltda. p. Rodrigo Martins Cavalcante; Tucumann Engenharia e Empreendimentos Ltda. Por: Rafael Ribeiro dos Santos Glück - Cargo: Administrador Não Sócio, Por: Felipe Feis Ribas Müller - Cargo: Administrador Não Sócio, Pattac Empreendimentos e Participações S/A. Por: Marcelo Leite Marder - Cargo: Diretor, Por: Camila Leite Marder - Cargo: Diretora; Dines Administração e Participações Ltda. Por: Alberto Cattalini - Cargo: Administrador Sócio; Soifer Participações Societárias S/A. Por: David Soifer - Cargo: Diretor Presidente, Salomão Soifer; FSX Participações S/A. Por: Raul Trauczynski - Cargo: Diretor; GS Participações Ltda. Por: Eduardo Francisco Sciarra - Cargo: Procurador. JUCEPAR em 11/07/2022 sob nº 20224545434.

ATENÇÃO GESTOR**LEI Nº 14.230/2021****PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS**

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em **JORNAIS DIÁRIOS DE GRANDE CIRCULAÇÃO**

**BEM
PARANÁ**

abra
legal

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS
ESPECIALIZADOS EM
PUBLICIDADE LEGAL



Publicidade Legal

Edição Digital

WWW.BEMPARANA.COM.BR

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A9A9-1E0C-BCE2-69EC> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A9A9-1E0C-BCE2-69EC



Hash do Documento

48201C567741689752C8844B400B9E6AAA048D49246942EF9CCDFBCC27A6DEA6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/07/2022 é(são) :

- Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 470.195.909-00 em 13/07/2022 00:11 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70

